



Jornal Notícias

06-10-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 60963

Temática: Justiça

Dimensão: 509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/16

Corrupção
Militares
adulteraram
radares de
velocidade P. 16

Militares suspeitos de adulterar registos de radar de velocidade

Ministério Público deverá acusar seis elementos da GNR da Guarda. Comando Geral abriu processos disciplinares

Madalena Ferreira
justica@jn.pt

INQUÉRITO O Ministério Público está a investigar seis militares da Brigada de Trânsito da Guarda por suspeitas de corrupção. Um deles porque alterou o expediente de infrações graves e muito graves, apanhadas nos radares móveis de velocidade, e os restantes elementos porque pediram ao colega para o fazer.

O JN soube que uma denúncia anónima desencadeou a investigação na justiça e no Comando Geral da GNR, que moveu entretanto processos de averiguação.

Um dos inquéritos põe em causa a conduta do responsável dos radares móveis no distrito que só no final da semana passada foi retirado preventivamente da função e viu negada a entrada num curso para promoção.

Entre 2015 e 2016, o militar em causa terá convertido infrações graves e muito graves em infrações leves, a pedido de colegas e até de superiores hierárquicos. E é também por isso que os restantes cinco processos implicam quem fez o pedido, sabendo, por dever de ofi-



GLOBAL IMAGES

Registos de radar foram adulterados em documentos

cio, que estavam a violar a lei e a quebrar todas as regras deontológicas da profissão. Contactada pelo JN, a GNR confirmou a investigação mas não adiantou pormenores sobre a mesma.

FOTOS TRAMAM MILITAR

Os casos foram descritos em detalhe, quer ao Comando Geral da GNR, quer ao Ministério Público, acompanhados das provas recolhidas pelo denunciante.

Em todos eles era perceptível que os dados fotográficos divergiam dos processos administrativos que deram entrada no expediente da Brigada de Trânsito. Aliás, o processo-crime avançou e

ganhou robustez graças à colaboração da GNR que cedeu os dados requeridos.

O relatório final da Polícia Judiciária está em fase de conclusão com proposta de acusação dos suspeitos por crimes de corrupção, favorecimento e prevaricação.

Em causa estão seis homens. Três em funções, um reformado e mais dois que entraram na reserva.

Os suspeitos vão, em princípio, sentar-se no banco dos arguidos por má conduta na profissão e ainda têm que contar com eventuais penas disciplinares no seio da própria GNR, de acordo com o que vier a ser decidido nos tribunais. ●